

ASSOCIAÇÃO SANTA CASA SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CNPJ 18.321.477/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos é uma associação civil de direito privado, criada por Ata de Constituição de 24 de Abril de 2013 e teve o seu Primeiro Estatuto Social registrado no 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São José dos Campos em 31/05/2013, sob o número 25.523, constituída por um prazo de duração indeterminado, Entidade Sem Fins Lucrativos, situada na Avenida João Guilhermino nº 465, CEP: 12.210-130, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.321.477/0001-34 e isenta de Inscrição Estadual, a seguir denominada como Santa Casa Saúde.

A Santa Casa Saúde tem como objetivo a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, por meio da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar e ambulatorial. Para a execução do seu objetivo, a Entidade poderá: I) Instituir estabelecimentos e serviços de saúde para compor sua rede própria de atendimento; II) Firmar contratos e convênios com instituições prestadoras de serviços de saúde e ou terceiros legalmente habilitados para o exercício de atividades na área da saúde; e III) Praticar outras atividades compatíveis e relacionadas à assistência à saúde complementar. Obteve o seu registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 419249 em 08/01/2014, criada para gerir a carteira de plano de saúde da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, teve suas operações oficialmente iniciadas no dia 01/04/2014, após receber, por transferência de carteira, a totalidade dos beneficiários, depois de autorizado pela ANS, pelo ofício nº 0581/2014/GGOP/DIPRO/ANS, datado de 19/03/2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pela Lei 6.404/76, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis. A Escrituração contábil atende às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 (R1) publicada no DOU de 02/09/15 a qual trata de aspectos contábeis específicos a Entidades sem Finalidades de Lucros e por ser uma entidade do mercado de saúde suplementar, obedecer às Normas Contábeis vigentes emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os valores inseridos nas demonstrações contábeis estão expressos em Real (moeda corrente no Brasil) com relato dos saldos contábeis dos anos de 2024 e 2023, comparativamente.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 18 de fevereiro de 2025.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

12

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, são as seguintes:

a) Reconhecimento das receitas e despesas operacionais: As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos.

Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa considerando-se a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Sociedade, ajustados pela Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que considera o montante esperado de eventos indenizáveis em riscos assumidos e não avisados até a data base das demonstrações contábeis. As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Contas a receber: Créditos de operações com planos de assistência à saúde representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde. A provisão de perda sobre créditos (PPSC) foi contabilizada, de acordo com os critérios estabelecidos nas normas gerais do plano de contas padrão da ANS, e são provisionados os créditos em abertos de pessoas físicas vencidos há mais de 60 dias e créditos em aberto de pessoas jurídicas vencidos há mais de 90 dias, considerando-se a totalidade dos créditos de cada devedor identificado.

c) Estoques: A Operadora mantém sistemas de estoques de materiais administrativos e não mantém estoques de medicamentos hospitalares uma vez que os atendimentos aos beneficiários são realizados por “rede credenciada”. Os materiais de alto custo, em sua grande maioria, são comprados pela Operadora e aplicados diretamente em usuários durante os atendimentos.

d) Ativo imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, a depreciação calculada com base no tempo de vida útil estimado, com testes de recuperabilidade quando cabível, sendo que o imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 (redução ao valor recuperável de ativos), tendo como evidência que os bens existentes são realizáveis em prazos satisfatórios.

e) Depósitos Judiciais e Fiscais - longo prazo: Refere-se a valores depositados em juízo em processo de Eventos Indenizáveis, cíveis.

f) Ativo intangível: Refere-se a sistemas de computação.

g) Outros ativos: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. É classificado como circulante quando sua realização é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, é demonstrado como não circulante.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

h) Passivo circulante e não circulante: Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São classificados como circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulante.

i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde: As provisões técnicas demonstradas na nota explicativa 11, foram apuradas com base nas normas e resoluções da ANS.

j) Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde: Eventos registrados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a entidade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde.

k) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO FINANCEIRA

4.1 DISPONIBILIDADES

Modalidade	31/12/24	31/12/23
DISPONIVEL		
CAIXA	36,36	36,36
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.164.277,41	1.148.714,62
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	2.164.313,77	1.148.750,98

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	31/12/24	31/12/23
APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS	24.718.950,64	22.475.776,74
BANCO DO BRASIL S/A - C/C 6290-1 - RF LP DEDIC- ANS	15.472,54	14.204,18
FUNDO DE INVESTIMENTO FI ANS II RF CRED PRIV - SANTANDER	24.703.478,10	22.461.572,56
APLICAÇÕES LIVRES	11.545.944,22	8.791.621,26
BANCO DO BRASIL C/C 6290-1	-	16.150,42
APLICACAO AUT CONTAMAX EMPRESARIAL	-	1.186,33
XP COMPROMISSADA LIQ DIARIA	2.139.193,39	-
FUNDO DE INVESTIMENTO DI INST PREMIUM - SANTANDER	1.315.175,29	1.349.898,33
XP SULAMERICA PREMIUM FIRF REFERENCIADO DI CP	3.513.894,53	3.198.938,73
XP BNP PARIBAS MATCH DI FIRF REFERENCIADO CP	3.447.550,01	3.187.379,89
LAM EMISSAO SAFRA LEASING CDI	1.130.131,00	1.037.998,61
BRDESCO INVEST FACIL	-	68,95
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	36.264.894,86	31.267.398,00

As Cotas de Fundo de Investimentos estão vinculadas a Agência Reguladora “ANS”, em atendimento às normas de vinculação da RN 521, para garantia das provisões técnicas contabilizadas no passivo.

As taxas de juros são as de mercado para as modalidades, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação.

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/24	31/12/23
CREDITOS DE OPERACOES C/PLANOS DE SAÚDE		
CONTRAPRESTACAO PECUNIÁRIA A RECEBER	27.657.302,95	33.207.034,19
Individual	15.237.001,10	18.192.021,23
Coletivo	12.420.301,85	15.015.012,96
PROVISÃO DE PERDAS SOBRE CRÉDITOS (PPSC)	(7.683.435,36)	(9.642.692,56)
(-) PPSC MENSALIDADES PESSOAS FÍSICAS	(6.093.226,63)	(8.016.769,37)
(-) PPSC FATURAS A RECEBER - PESSOA JURIDICA	(1.590.208,73)	(1.625.923,19)
PARTICIPACAO DOS BENEFICIÁRIOS EM EVENTOS	7.639.807,30	7.406.828,93
TOTAL	27.613.674,89	30.971.170,56

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/24	31/12/23
CRÉDITOS E TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS		
PIS/COFINS/CSLL	-	798,91
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE – IRRF	-	32.838,65
TOTAL	-	33.637,56

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição	31/12/24	31/12/23
BENS E TÍTULOS A RECEBER		
ESTOQUE	146.830,49	69.375,45
OUTROS TÍTULOS A RECEBER	-	281.974,63
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	-	96.079,77
ADIANTAMENTOS COMISSÕES	459.358,71	92.746,74
ADIANTAMENTOS PARA FORNECEDORES	2.492.187,32	9.989.655,18
OUTROS CRÉDITOS OU BENS A RECEBER	2.407.542,77	11.943,61
TOTAL	5.505.919,29	10.541.775,38

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Descrição	31/12/24	31/12/23
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	627.754,55	627.754,55
ISS / IRRF A RECUPERAR	627.754,55	627.754,55
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	10.887.725,85	-
DIREITOS RESULTANTES DA VENDA DE IMÓVEIS	9.600.000,00	-
OUTROS TÍTULOS A RECEBER	1.287.725,85	-
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	1.277.489,42	3.596.811,79
DEPOSITOS JUDICIAIS – EVENTOS	70.482,14	2.373.114,28
DEPOSITOS JUDICIAIS - CÍVEIS	73.036,16	1.223.697,51
DEPOSITOS JUDICIAIS - TSS E MULTA ANS	1.133.971,12	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO	409.018,56	395.298,20
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO	409.018,56	395.298,20
TOTAL	13.201.988,38	4.619.864,54

9. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/24	31/12/23
IMOBILIZADO		
IMOVEIS DE USO PRÓPRIO NÃO HOSPITALARES	-	1.960.460,00
TERRENOS	-	1.960.460,00
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO NÃO HOSPITALARES	5.202.214,13	3.973.005,76
INSTALAÇÕES	200.413,94	172.848,94
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.023.254,59	4.934.863,35
EQUIPAMENTOS PROCES. DE DADOS - HARDWARE	683.131,76	677.832,76
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.409.282,21	2.130.864,91
VEÍCULOS	9.705,00	222.266,77
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	(5.123.573,37)	(4.165.670,97)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	4.923.965,63	4.440.291,53
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	8.596.972,59	8.085.081,55
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(3.673.006,96)	(3.644.790,02)
DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS	6.290.264,96	-
DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS	7.257.957,92	-
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(967.692,96)	-
TOTAL	16.416.444,72	10.373.757,29

10. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/24	31/12/23
INTANGÍVEL		
MARCA COMERCIAL	130,00	130,00
SISTEMA DE COMPUTAÇÃO	174.911,87	174.911,87
CUSTO DE AQUISIÇÃO LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	753.076,20	636.086,20
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(305.575,65)	(227.710,16)
TOTAL	622.412,42	583.287,91

11. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/24	31/12/23
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		
PROVISÃO DE CONTRAPRESTAÇÃO NÃO GANHA (PPCNG)	9.505.919,80	7.480.480,17
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS	869.015,92	591.690,74
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR A OUTROS PRESTADORES	2.050.615,72	1.669.528,85
PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (PEONA)	14.500.869,87	13.114.178,74
TOTAL	26.926.421,31	22.855.878,50

11b. CÁLCULO DA PIC PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÕES - PIC

Elementos para cálculo da PIC		
ÚLTIMOS DOZE MESES	dez/24	dez/23
Receita Líquida	531.663.606,17	423.102.921,09
Receita Financeira	13.119.421,52	8.698.717,08
Outras Receitas Operacionais	8.775,25	7.875,00
Despesas Administrativas	(37.188.972,27)	(38.278.640,66)
Despesas de Comercialização	(18.031.647,60)	(15.614.481,58)
Despesas Assistenciais	(444.436.513,78)	(349.718.522,22)
Outras Despesas Operacionais	(18.962.630,74)	(18.825.538,72)
Despesas Financeiras	(7.940.301,91)	(5.713.109,95)
INDICE COMBINADO (PIC)	(0,0271)	(0,0495)

A provisão para insuficiência de Contraprestações – PIC, introduzida pela RN 574, deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de contraprestações não ganhos (PPCNG), foram insuficientes para fazer frente as obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

As normas da ANS, estabelece que a PIC pode ser estimada com base em metodologia atuarial própria comunicada à ANS. A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos, utilizou metodologia conforme Resolução Normativa 574 da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

De acordo com cálculo elaborado, não houve insuficiência de contraprestações, portanto, sem necessidade de contabilização da provisão e garantia financeira vinculada.

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/24	31/12/23
DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		
RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES - PF	862.464,22	630.193,21
COMERCIALIZACAO SOBRE OPERACOES	202.047,35	462.632,07
TOTAL	1.064.511,57	1.092.825,28

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

13. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM O PLANO DE SAÚDE

Descrição	31/12/24	31/12/23
DÉBITOS A PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	15.170,40	25.287,02
TOTAL	15.170,40	25.287,02

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER

Descrição	31/12/24	31/12/23
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER	529.960,44	627.199,45
ISS A PAGAR	32.705,92	136.873,50
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	363.441,29	350.322,93
FGTS A RECOLHER	123.081,49	120.439,96
PIS/PASEP	10.731,74	19.563,06
RETENÇÕES DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES	1.476.200,21	1.636.484,26
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - DE FUNCIONÁRIOS	298.315,82	429.498,26
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE – TERCEIROS	233.778,97	217.877,25
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	71.883,17	71.054,73
CSLL SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	1,85	-
COFINS SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	302,10	308,94
PIS SOBRE SERVIÇOS RETIDO NA FONTE	65,46	66,94
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RETIDAS DE TERCEIROS	74.830,73	83.729,28
OUTROS (PIS/COFINS/CSLL E CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS)	797.022,11	833.948,86
TOTAL	2.006.160,65	2.263.683,71

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	31/12/24	31/12/23
CONTA CORRENTE GARANTIDA	285.587,61	335.598,30
BANCO ITAU S.A LIS - AG 0250 C/C 98049	285.587,61	335.598,30
EMPRÉSTIMOS	4.024.048,31	5.186.857,20
BANCO SANTANDER	5.186.857,20	5.186.857,20
(-) JUROS A APROPRIAR BANCO SANTANDER	(1.162.808,89)	(1.790.164,74)
CESSÃO DE CRÉDITOS A FORNECEDORES	2.499.998,33	-
BANCO ITAÚ S.A.	2.499.998,33	-
TOTAL	6.809.634,25	3.732.290,76

16. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31/12/24	31/12/23
DÉBITOS DIVERSOS		
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	2.502.263,56	2.435.858,63
FORNECEDORES	739.040,33	1.410.247,89
DEPOSITOS DE BENEF. DE PLANOS DE ASSIT. SAUDE E TERCEIROS	2.487,32	-
PASSIVO DE ARRENDAMENTOS	1.960.409,09	-
OUTROS DÉBITOS A PAGAR	50.451,08	215.513,70
TOTAL	5.254.651,38	4.066.584,35

17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/24	31/12/23
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		
PROVISÃO DE EVENTOS/SINISTROS A LIQUIDAR – (a)	70.482,14	2.373.114,28
PROVISAO PARA AÇÕES CIVEIS	438.262,66	711.513,78
CONTINGÊNCIA CIVEL	438.262,66	424.186,25
DEPOSITO JUDICIAL CIVEL	-	287.327,53
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	4.926.303,71	9.235.939,63
DEBITOS DIVERSOS (ARRENDAMENTOS)	4.329.855,87	-
TOTAL	9.764.904,38	12.320.567,69

(a) Garantido com depósito judicial

18. PATRIMÔNIO SOCIAL

(18.1) Patrimônio social: O patrimônio social da Santa Casa Saúde é de R\$ 49.960.542,90 (quarenta e nove milhões e novecentos e sessenta mil e quinhentos e quarenta e dois reais e noventa centavos).

(18.2) Resultado no período: A Associação apurou no ano de 2024, Superávit no valor de R\$ 6.748.365,12 (seis milhões e setecentos e quarenta e oito mil e trezentos e sessenta e cinco reais e doze centavos).

(18.3) PLA – Patrimônio Líquido ajustado: O patrimônio líquido ajustado – PLA, calculado ao final do exercício em conformidade com a Resolução Normativa – RN nº 569, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS está demonstrado a seguir:

Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, em R\$.	31/12/24	31/12/23
Patrimônio Líquido	49.960.542,90	43.212.178,56
(-) Ativo não circulante intangível	(622.542,42)	(583.417,91)
(-) Despesas antecipadas	(12.218,51)	(29.522,87)
Patrimônio Líquido Ajustado	49.325.781,97	42.599.237,78

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Cálculo do Capital Base, em R\$.	31/12/24	31/12/23
Capital base	11.701.894,34	11.226.992,56
Fator K	18,06%	18,06%
Capital Base exigido	2.113.362,12	2.027.594,86
Patrimônio Líquido Ajustado	49.325.781,97	42.599.237,78
Suficiência	47.212.419,85	40.571.642,93
Percentual de Suficiência	2.234,00%	2.100,97%

(18.4) Capital baseado em risco - CBR

Capital baseado em risco – (CBR)	31/12/24	31/12/23
Risco de crédito - CRC	5.437.794,05	4.738.315,15
Risco de subscrição - CRS	23.420.752,08	19.339.056,26
Risco operacional - CRO	8.319.652,95	6.774.986,19
Risco de mercado - CRM	3.540.182,67	1.606.408,51
Capital baseado em risco - CRB	36.051.829,46	29.358.273,51
Patrimônio Líquido Ajustado Constituído	49.325.781,97	42.599.237,78
Suficiência do Capital baseado em risco - CBR	13.273.952,51	13.240.964,28

19. PASSIVOS CONTINGENTES

Outros processos.

A Entidade possui outros processos em que figura como ré, e informada pela Assessoria Jurídica o seguinte quadro:

TOTAL DOS PROCESSOS (EM REAIS R\$)	31/12/24	31/12/23
PROVÁVEIS – (nota explicativa 17)	438.262,66	424.186,25
POSSÍVEIS	18.948.738,18	11.134.966,61
REMOTOS	59.896,28	32.453,39
TOTAL	19.446.897,12	11.591.606,25

20. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Santa Casa Saúde manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza da atividade e a orientação dos consultores de seguros.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados restringem-se às aplicações financeiras em condições normais de mercado. A administração deste risco é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais são representados por aplicações financeiras, cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis.

22. EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO-HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2024 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR							
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares Pós Lei 9.656/98							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Atend.	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	30.403.754,33	45.813.583,34	13.181.257,65	89.336.332,18	1.438.080,83	91.266.027,59	271.439.035,92
Reembolso	-	-	-	1.051,52	74.001,52	59.863,19	134.916,23
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
Total	30.403.754,33	45.813.583,34	13.181.257,65	89.337.383,70	1.512.082,35	91.325.890,78	271.573.952,15

O total geral é equivalente ao total da conta 41111102 do balancete contábil de 31/12/24.

23. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstramos a seguir a conciliação entre o resultado e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2024	
MÉTODO INDIRETO PARA CONCILIAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:	R\$
Superávit (déficit) do período	6.748.365,12
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:	
Depreciação e amortização	1.959.224,15
Encargos Financeiro de empréstimos	1.834.306,41
Redução (aumento) do ativo	
Aplicações financeiras	(4.997.496,86)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	3.357.495,67
Créditos tributários e previdenciários	33.637,56
Bens e títulos a receber	5.035.856,09
Despesas antecipadas	17.304,36
Realizável a longo prazo	(8.582.123,84)
Aumento (redução) do passivo	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4.070.542,81
Débitos de operações de assistência à saúde	(28.313,71)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde	(10.116,62)
Tributos e encargos sociais a recolher	(257.523,06)
Débitos diversos	1.188.067,03
Passivo não circulante	1.753.972,61
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	12.123.197,72

24. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTO

A Associação Santa Casa Saúde de São José dos Campos reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos de seus contratos de locação de imóveis operacionais.

As mensurações foram realizadas pelo cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros dos contratos, por seus exercícios de vigência, à taxa de desconto de 7,32% a.a., e contabilizados conforme quadro abaixo:

Exercício de 2024:

Ativo Não Circulante - Imobilizado	Passivo Circulante - Empréstimos e Financiamentos
Direito de Uso de Arrendamento 6.290.264,96	Passivo de Arrendamento 1.960.409,09
	Passivo Não Circulante – Empréstimos e Financiamentos
	Passivos de Arrendamento 4.329.855,87